

A PROPÓSITO DE “O GOLPE DE 1964 E O NORDESTE”, DE CELSO FURTADO

| *Marcos Costa Lima*

A republicação do texto de Celso Furtado “O golpe de 1964 e o Nordeste”, escrito em 2004, é muito significativo por diversos motivos. Em primeiro lugar, por se tratar de um documento histórico de um personagem político e intelectual que ocupou posições de alto relevo no período que vai de 1959 a 1964. Por si só já se justificaria a reedição. Em segundo lugar, por vivermos um momento em que o Brasil e o governo Dilma procuram acertar as contas com a ditadura militar e a repressão, que ceifou a vida de tantos jovens idealistas que lutavam por justiça social no país.

A Comissão Nacional da Verdade, como ficou conhecida, é o nome de uma comissão brasileira sancionada pela presidente Dilma Roussef em 18 de novembro de 2012, com o objetivo maior de investigar violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil praticadas por agentes do Estado. A comissão foi formada por sete membros nomeados pela presidente e 14 membros auxiliares, que, por um período de dois anos, produzirão um relatório com caráter público – mais provável – ou reservado; neste caso será enviado apenas à presidente da República ou ao ministro da Defesa. A lei que a institui foi sancionada pela

presidente Dilma. Oficialmente, a comissão foi instalada em 16 de maio de 2012.

A comissão terá o direito de convocar vítimas ou acusados das violações para depoimentos, ainda que a convocação não tenha caráter obrigatório, e também de verificar todos os arquivos em posse do poder público sobre o período, sem contudo ter o poder de punir ou recomendar que acusados de violar direitos humanos sejam punidos. A comissão deverá ainda colaborar com as instâncias do poder público para a apuração de violação dos direitos humanos, além de enviar aos órgãos públicos competentes dados que possam auxiliar na identificação de restos mortais de desaparecidos. Também identificará locais, estruturas, instituições e circunstâncias relacionados à prática de violações dos direitos humanos e também eventuais ramificações na sociedade e nos aparelhos estatais. A comissão, proposta em 2010, passou por diversas mudanças, principalmente para atender às queixas dos militares. O termo “repressão política” foi

retirado do texto; a comissão atual prevê o “exame” de violações dos direitos humanos, diferentemente da versão de 2010, que previa a “apuração”, e, além de englobar fatos ocorridos durante o regime militar no Brasil, que ocorreu entre 1964 e 1985, englobará fatos ocorridos entre os anos de 1946 e 1988.

A criação dessa comissão foi imediatamente seguida pela criação análoga de Comissões da Verdade estaduais.

Havia, em amplos setores da sociedade brasileira, uma insatisfação com o temor de governos democraticamente eleitos de enfrentar a situação, sobretudo se comparada aos processos similares no Uruguai e principalmente na Argentina.

Em terceiro lugar, o texto de Celso Furtado chama a atenção para as consequências do golpe militar para o Nordeste brasileiro, segundo ele mais nefastas do que para o restante do país. A seca que aconteceu na região em 2012 e seus efeitos dramáticos sobre um grande contingente de nordestinos, sobretudo pequenos produtores rurais, além do dano causado à economia regional como um todo, também vêm reforçar a compreensão de que, mesmo com todas as políticas públicas federais implantadas a partir da Sudene, os resultados não foram capazes de superar as profundas desigualdades, de toda ordem, entre o lugar do Nordeste e as demais regiões brasileiras, com destaque para o Sudeste e o Sul. O Nordeste permanece com 28% da população brasileira e uma participação de 13% do produto nacional. A questão regional permanece, e o texto de Furtado, seu papel central na discussão desse problema tão ingente no país, revela a atualidade de suas reflexões.

O texto em tela inicia indicando a perda de rumo das elites dirigentes do país, entendimento que expôs com clareza em sua pequena obra-prima intitulada *A construção interrompida*.

No balanço histórico que faz do episódio político de 1964, começa apontando as consequências da implantação do regime militar em todo o território nacional, mas em particular no Nordeste. Esta região, pelas dramáticas situações sociais à época, foi duramente afetada pela ditadura, que liquidou movimentos sociais importantes, a exemplo das Ligas Camponesas. Havia aí uma política social em marcha que tentava responder aos reclamos da rua, que lutava para reconstruir as estruturas sociais perversas estabelecidas pelas oligarquias e pelo latifúndio.

Ao analisar politicamente as forças sociais envolvidas na conjuntura, Furtado assinalava que inclusive alguns segmentos dos setores oligárquicos já aceitavam certas

reformas previstas pela Sudene, claro que desde que estivessem sob o seu controle. Ele comenta que o Partido Comunista já não era entendido como subversivo e aderira à via democrática.

A alusão à atuação progressista da Igreja Católica, liderada por dom Hélder Câmara, representava um movimento de apoio às reformas tão necessárias. As Ligas Camponesas, organizadas por Francisco Julião, eram um fenômeno positivo que se chocava com a estreiteza das elites conservadoras. O Nordeste atraía a atenção do mundo, e esses movimentos estabelecidos com sentido democratizante eram estigmatizados pela imprensa oficial como “uma nova Cuba”.

Celso Furtado narra seus contatos com os irmãos Edward e John Kennedy, querendo conhecer a questão nordestina. Para o autor, a mudança radical ocorrida nos Estados Unidos da América com o assassinato de Kennedy e a posse de Lyndon Johnson teria afetado o diálogo, a ponto de Furtado levantar a hipótese de que, se Kennedy tivesse permanecido no governo, talvez o golpe militar no Brasil não tivesse ocorrido.

Na política interna do país, Furtado comenta os movimentos antidemocráticos que já se faziam pressentir desde o governo JK, pressentimento demonstrado na tese doutoral do cientista uruguaio René Armand Dreifuss, com a comprovação de documentos de políticos que tramavam o golpe com o apoio norte-americano, a exemplo do Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), entre outros.

As condições econômicas do país no período que antecedeu o golpe eram muito sensíveis, por conta de uma recessão econômica já instalada e da possibilidade de decretação de moratória, segundo Furtado quase indispensável. O Plano Trienal, elaborado pelo economista, foi para ele uma demonstração da fragilidade política de João Goulart, que não tinha poder político suficiente para realizar as reformas preconizadas no documento.

Uma figura emblemática do período, representante das forças conservadoras, foi Carlos Lacerda, a quem Furtado considera não apenas um forte oponente de Goulart, mas seu provável sucessor, que a todo momento investia sobre a opinião pública do país levantando a ameaça do “perigo comunista”.

Quanto aos militares golpistas, acabaram por acreditar nos alarmes do “corvo”, então governador do Rio de Janeiro.

Furtado narra momentos dramáticos que viveu no Recife no dia 31 de março, onde esteve ao lado do governador Miguel Arraes, no Palácio do Campo das

Princesas, e, tendo se dirigido ao IV Exército, na época comandado pelo general golpista Justino Alves Bastos, perguntou sobre suas pretensões. O general respondeu que queriam depor o governador Arraes, chegando a sugerir que, caso Arraes não criasse problemas, não seria perseguido.

Celso Furtado afirma o que depois foi confirmado pela evolução do regime militar: que os civis haviam sido lesados em sua perspectiva de que os militares logo restituiriam o poder. Importante historicamente a afirmação do economista de que, em larga medida, sua cassação, exílio e perda dos direitos políticos se deveriam, sobretudo, aos usineiros nordestinos.

Há, na obra de Furtado, três livros importantes sobre a situação política do país entre 1959 e 1964. São eles: *A operação Nordeste* (1959); *A pré-revolução brasileira* (1962) e *Dialética do desenvolvimento* (1964).

Na apresentação¹ que fizemos para *A pré-revolução brasileira*, numa reedição de 2009, dizemos que se trata de um livro eminentemente político, cuja tese central é de que o Brasil havia alcançado uma grande diferenciação que permitira transferir para o país os principais centros de decisão de sua vida econômica, mas ainda se caracterizava por um nível de renda *per capita* típico de país subdesenvolvido. Neste livro, em seu capítulo terceiro, Furtado evidencia que o Nordeste brasileiro havia se tornado o epicentro da pré-revolução, com movimentos rurais como as ligas camponesas, que buscavam inserir os camponeses e assalariados do campo na participação dos frutos do desenvolvimento do país.

Os efeitos perversos do golpe militar de 1964 são muito claros para o autor de *Formação Econômica do Brasil*: liquidação da democracia, afastamento das novas gerações da política e menosprezo pela forma democrática. Aqui, Furtado caminha na mesma direção das reflexões de Hannah Arendt, de que são os instrumentos políticos na democracia que permitem o verdadeiro desenvolvimento de sociedades. Para o Nordeste brasileiro e sua gente, os estragos foram muito maiores, pois mantiveram-se intactas as anacrônicas estruturas agrárias e sociais presentes desde sempre na região.

A republicação deste texto de Celso Furtado e de sua análise sobre o golpe de 1964 pelos *Cadernos do Desenvolvimento* se justifica, finalmente, por uma característica presente em toda a obra do autor, a saber, a de dirigir-se à juventude universitária para chamar a atenção sobre os problemas mais profundos do desenvolvimento do país.

§

1. BERNARDES, Denis; COSTA LIMA, Marcos. “Um cartesiano na encruzilhada da revolução”. In: FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Recife: Ed. Universitária da Ufpe, 2009, pp. 9-21.